

Revista **O Bem Comum**

2ª Edição

Informativo do mandato do
Deputado Estadual Evandro Araújo

APAE

Paraná se une contra
medidas que enfraquecem
as escolas especializadas
(p. 15)

AH/SD

Ações dão visibilidade e
valorizam estudantes com
Altas Habilidades/
Superdotação (p. 7)

RODOVIAS

Nova lei garante a construção
de acostamentos em rodovias
estaduais (p. 20)

A POLÍTICA COMO UMA MISSÃO

Servir aos paranaenses com foco no
Bem Comum, na defesa da vida e na
proteção do Meio Ambiente é a marca
da atuação do deputado estadual

Evandro Deputado
Estadual
Araújo

Editorial



O informativo que você acaba de receber é uma prestação de contas à sociedade do nosso trabalho parlamentar na Assembleia Legislativa do Paraná, nos últimos dez anos. É um compilado, de forma resumida, das nossas leis, projetos e ações em geral.

Além da produção legislativa, é dever dos deputados informar a sociedade sobre os atos parlamentares praticados, assim como o acompanhamento e o controle social. Esse é o objetivo da revista “O Bem Comum”.

Nesse período, o mandato sempre foi conduzido com a finalidade de servir as pessoas, respeitando os compromissos assumidos e os princípios do ensino social cristão. A política deve ser exercida por vocação e na busca pela unidade.

Por isso, nossa atuação cumpre o dever constitucional e legal, buscando o diálogo, a coerência e a construção coletiva.

Acredito que nosso trabalho está presente nos principais temas do Paraná, sempre buscando soluções práticas e reais para os problemas que temos. Mais do que dizer, esta revista tem o objetivo de mostrar um pouco desse trabalho para você.

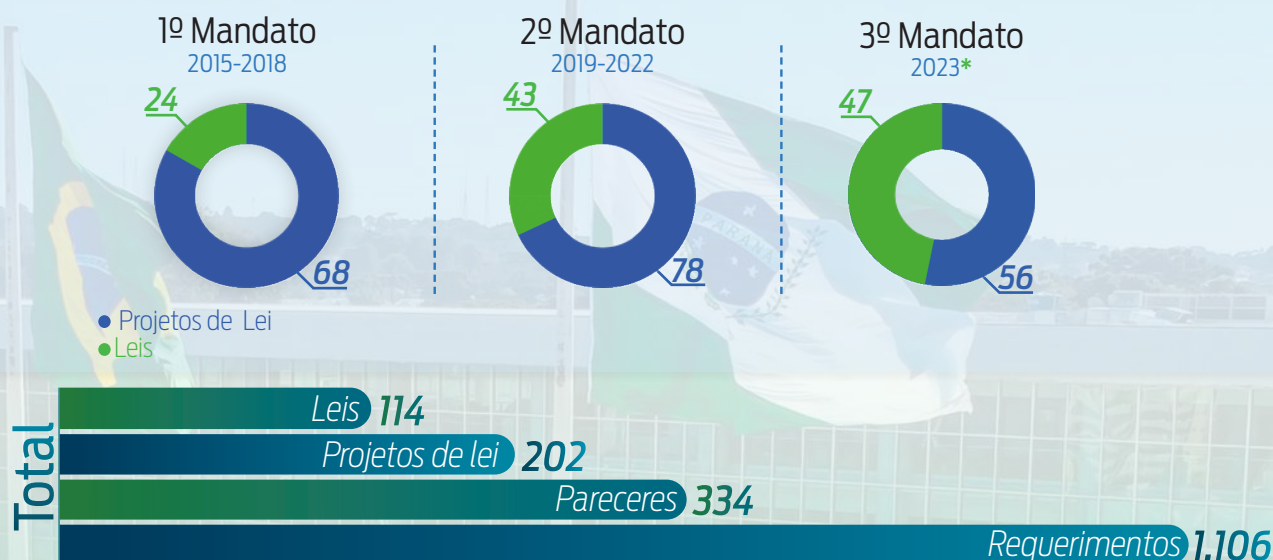
Fique à vontade para sugerir, criticar e nos dar um retorno sobre o que achou da nossa atuação. Nosso mandato é para isso!



Evandro Araújo
Deputado Estadual



Leis e Projetos de Lei



*Correspondem até a data 30/05/2024

Na atual legislatura (2023/2026)



Presidente da Comissão da Criança, do Adolescente e da Pessoa com Deficiência (CRIA)



Relator do Orçamento (LDO, LOA e PPA)



Vice-Presidente da Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais



Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania

Quem é Evandro?

Evandro Araújo é casado com a Claudia e pai do Vitor, do Matheus, do Lucas e da Luísa. Mestre em Administração pela UEM/UEL, já foi professor universitário. Na política, já foi vereador e vice-prefeito antes de exercer seus três mandatos de deputado estadual.

Desde jovem, Evandro se dedica à evangelização na Igreja Católica. Ele atua há mais de 30 anos no movimento da Renovação Carismática Católica (RCC), sendo um dos fundadores da Missão Jesus no Litoral.





CRIANÇA, ADOLESCENTE E PESSOA COM DEFICIÊNCIA

"A sociedade será tanto mais justa e humana quanto mais atenção for dada às crianças e às pessoas com deficiência, garantindo-lhes cuidado e educação adequados."

Enc. "Mater et Magistra" (1961), João XXIII

O deputado Evandro Araújo é o coordenador da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa com Deficiência da ALEP, conhecida como CRIA, responsável por analisar, debater, fiscalizar e propor políticas públicas em defesa deste segmento no Paraná. A CRIA tem se destacado por pautar temas atuais, pioneiros e relevantes, que são, também fundamentais para o alcance da Dignidade Humana.

Confira um pouco deste trabalho nas próximas páginas.

Paraná cria o primeiro Código Estadual da Pessoa Autista do país



Reunião que deu o pontapé inicial à construção do Código, realizada em abril de 2023



Encontro da Comissão Especial, realizado em dezembro de 2023, para iniciar a última fase de criação do Código

Com ampla participação social, das famílias e o envolvimento de todos os deputados e deputadas estaduais da Assembleia Legislativa (ALEP), o Paraná criou o primeiro Código Estadual da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CEPTEA) do Brasil. O deputado estadual Evandro Araújo foi o coordenador e relator deste trabalho inédito.

O Código tem o objetivo de criar uma legislação mais efetiva, garantindo direitos já conquistados pela comunidade autista e ampliando novas conquistas nas áreas da educação, saúde, mercado de trabalho, segurança pública, combate à discriminação, financiamento de projetos e mais inclusão da comunidade autista nos espaços de decisão instituídos.

Ao todo, a nova legislação conta com 113 artigos, os quais tiveram origem em um processo de construção que envolveu três etapas: 1ª a consolidação de todos os projetos e leis sobre o tema na ALEP, foram 11 leis estaduais e 43 projetos de lei incluídos no texto; 2ª consulta à sociedade, entidades, familiares e autistas, que somaram 123 entidades que contribuíram; e 3ª o relatório final da Comissão Especial formada pelos deputados.

No final de abril de 2024, o governador Carlos Massa Ratinho Junior sancionou, sem nenhum veto, o relatório final apresentado pelo deputado Evandro após as três etapas citadas.

“Todo esse processo foi cuidadoso e envolveu todos os atores para garantir o máximo de efetividade ao Código. O Paraná tem hoje a melhor legislação e é referência na defesa dos direitos das pessoas com autismo, com uma legislação que facilita a busca e garantia dos direitos. Além da sanção, agora vamos atuar para que haja a devida efetividade”, explicou Araújo.

Alguns avanços:

- **EDUCAÇÃO:** Um grande avanço é no chamado atendimento educacional especializado, feito por professores de apoio, que ajudam alunos com TEA ou PcD a terem uma adaptação que os leve ao aprendizado pleno. O Código prevê que este profissional seja fixado na unidade de ensino, como forma de criar e manter uma identidade com a instituição e principalmente com os alunos.

O texto também fala sobre atividades extracurriculares e atendimento multidisciplinar por meio de centros especializados, que podem atuar em consonância com projetos federais já em curso.

- **SAÚDE:** Além de garantias ao diagnóstico precoce, o texto ressalta que planos de saúde não podem impor carências abusivas para os consumidores com TEA.
- **EMPREGO:** Com foco no autista adulto, o Código também tem um capítulo específico sobre o mercado de trabalho, com a instituição de um banco de empregos para pessoas com TEA.

Nos casos de empresas que recebem incentivos fiscais do Estado do Paraná, com mais de 50 empregados, 2% das vagas devem ser preenchidas por autistas.

- **COMBATE À DISCRIMINAÇÃO:** A discriminação às pessoas autistas também recebeu muita atenção no relatório. O texto prevê a criação de mecanismos de combate à discriminação, entre eles, um canal de denúncias de maus-tratos ou de descumprimentos dos direitos das pessoas com TEA.



CIGARRO ELETRÔNICO

CRIA lidera combate ao uso de cigarros eletrônicos entre jovens

O desafio de combater o uso desenfreado de cigarros eletrônicos (conhecidos também como vapes ou pods) entre os jovens, sobretudo no ambiente escolar, tem sido um dos focos da Comissão da Criança, do Adolescente e da Pessoa com Deficiência (CRIA), comandada pelo deputado Evandro Araújo.

Após a realização de uma audiência pública, em novembro de 2024, proposta por Evandro, uma ação integrada envolvendo a CRIA, o Ministério Público do Paraná (MPPR), a Defensoria Pública e as secretarias da Educação e da Segurança Pública avançou para resolver o passivo existente nas escolas em relação aos materiais coletados entre os estudantes.

“O uso de cigarros eletrônicos é proibido para todas as idades. Por ser proibido e muito difundido entre os jovens, as escolas apreendem centenas desses dispositivos, mas não sabiam o

que fazer com o que foi coletado. Fizemos esse debate, atuamos em conjunto e uma solução foi construída para garantir que as escolas possam recolher e destinar esses dispositivos à Receita Federal”, explicou Evandro.

Uma pesquisa da Universidade Estadual de Pelotas concluiu que um a cada quatro adolescentes ou jovens em idade escolar já consumiu cigarro eletrônico no Brasil. Embora proibidos pela Anvisa desde 2009 — inclusive sua fabricação —, os cigarros eletrônicos continuam avançando, mesmo diante dos alertas de especialistas sobre seus malefícios à saúde e ao meio ambiente.



Audiência pública debateu os desafios deste tema na educação, em novembro de 2024

Saiba mais sobre os malefícios dos cigarros eletrônicos

Aponte a
câmera no
QR Code para
acessar o link



CORDÃO DE GIRASSOL

Cordão de girassol ajuda a identificar pessoas com deficiências ocultas

Uma atitude simples, porém muito efetiva, o uso do Cordão de Girassol tem ajudado pessoas com deficiências ocultas a exercerem seus direitos. No Paraná, a Lei, de autoria do deputado Evandro Araújo, reconhece o cordão como símbolo oficial para identificação destes casos.

O cordão é composto por uma faixa verde estreita estampada com figuras de girassóis, que sinaliza a preferência de atendimento e suporte diferenciado para indivíduos com deficiências como Transtorno do Espectro Autista (TEA), TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade), e TDH (Transtorno de Déficit de Atenção), demências, Doença de Crohn, colite ulcerosa, fobias extremas, epilepsia, dislexias, entre outras. Como não se tratam de deficiências ou transtornos visíveis, como as físicas, essas pessoas têm dificuldade em atendimento preferencial em grandes estabelecimentos, aeroportos, terminais de ônibus, shoppings, supermercados, vagas e filas preferenciais, entre outras situações.

Ao utilizar o cordão, essas pessoas estão identificando sua condição e ajudando a sociedade a respeitar seus direitos.



Evandro mostrando para o plenário da Alep os cordões de girassol, durante a aprovação do projeto



Altas Habilidades/Superdotação ganha destaque no Paraná e na ALEP

A atuação do deputado Evandro está fazendo a diferença em relação ao tema das crianças e adolescentes com altas habilidades/superdotação (AH/SD) no Paraná. Ele foi pioneiro em propor uma discussão na ALEP, em 2023, que culminou na criação da primeira lei estadual sobre o tema.

A Lei 21.743/23, uma das primeiras do país, foca no desenvolvimento das potencialidades de estudantes com AH/SD na rede pública de ensino do Paraná e prevê medidas como a capacitação de profissionais da educação para identificar e atender alunos nessa condição, promovendo a integração destes estudantes desde a educação infantil até o ensino médio.

Além disso, a Lei trata dos planos de desenvolvimento individual, enriquecimento curricular, a inclusão dos estudantes com AH/SD no Censo Escolar do INEP e de ações de avaliação e suplementação, em parceria com universidades e centros de pesquisa. A Lei também criou o dia 10 de agosto como o Dia Estadual das Altas Habilidades/Superdotação no Paraná.

“Existe, na sociedade, um estereótipo de que pessoas com altas habilidades/superdotação têm vantagem sobre as demais, que podem fazer tudo sozinhas. No entanto, essas crianças e adolescentes,

quando não têm um acompanhamento adequado, tendem a desenvolver depressão, isolamento social, ansiedade, o que leva à evasão escolar. Quando estudantes com essa condição não tem um ambiente preparado para suas capacidades, além de perdemos todo o potencial em si, o resultado acaba sendo o oposto”, explica Araújo.



Lei foi um dos encaminhamentos tirados em audiência pública realizada em março de 2023

Cartilha

Outra ação relevante do mandato foi o lançamento de uma cartilha inédita sobre o tema, intitulada “É preciso se encaixar para ser feliz?”, em agosto de 2025. A cartilha teve uma ampla aceitação da comunidade das AH/SD e é destinada a educadores, profissionais da área, famílias e à sociedade em geral.

A cartilha foi construída com base em evidências científicas e traz informações sobre o que são AH/SD, como identificar, quais são as características intelectuais e emocionais, o que fazer após uma identificação de AH/SD, além de dados sobre os direitos e garantias legais para esse público e suas famílias.

“Desde que começamos a tratar esse tema, percebemos uma escassez de informações, o que deixa essa população vulnerável e invisibilizada. Conversamos com especialistas, famílias, estudantes nessa condição e desenvolvemos essa cartilha, com linguagem acessível, para que essa discussão ganhe espaço e essas pessoas tenham a proteção que precisam para desenvolverem suas capacidades”, explicou o deputado.

Segundo dados do Censo Escolar 2024 indicam que apenas 44.171 estudantes com AH/SD foram identificados em instituições de ensino no Brasil, o que representa apenas 0,09% dos 47,1 milhões de alunos matriculados em todas as etapas educacionais.

No Paraná, são 10.135 estudantes oficialmente identificados com AH/SD, um número expressivo em relação ao total nacional, mas ainda distante da realidade estimada pela ciência. Cidades como Curitiba (1.330), Londrina (1.110) e Maringá (898) se destacam nos números dos atualmente identificados.

“O Paraná tem um destaque neste tema, mas ainda há um grande espaço para melhor atender e identificar esse potencial que temos. Pesquisas apontam que podem existir em torno de 5% a 10% da população em geral com altas habilidades/superdotação”, completou ele.



Saiba mais

Aponte a câmera no QR Code para acessar o link





USO EXCESSIVO DE TELAS

Lei assegura proteção de menores ao uso excessivo de telas no Paraná

Está em vigor no Paraná a Lei nº 21.895/2024, de autoria do deputado Evandro Araújo, que assegura a proteção de crianças e adolescentes à exposição e ao uso de telas digitais. A norma estabelece responsabilidades compartilhadas entre famílias, Estado, empresas e sociedade civil, com foco na prevenção de danos causados pelo uso excessivo de redes sociais, jogos, plataformas de streaming e outros ambientes virtuais.

A família passa a ter o papel de mediadora do tempo e do conteúdo consumido por crianças e adolescentes, sendo estimulada a buscar informações sobre ferramentas de bloqueio e filtragem, bem como a observar a classificação indicativa das mídias.

O Estado, por sua vez, deverá promover políticas públicas intersetoriais e campanhas educativas, capacitando profissionais de educação, saúde, assistência social e tecnologia para orientar o uso equilibrado das telas. A lei também incentiva a produção científica sobre o tema e o desenvolvimento de práticas de responsabilidade social por parte das empresas do setor digital.

Já as plataformas e provedores de conteúdo deverão garantir acessibilidade digital para pessoas com deficiência e atuar no combate à violência virtual, como o cyberbullying e a exposição a conteúdos sexuais.

“Neste ano, tivemos a viralização da denúncia do influenciador Felca sobre a adultização de crianças e sua exposição na internet. Antes disso, aqui no Paraná, criamos essa lei que protege nossas crianças e adolescentes desse tipo de uso descontrolado e sem filtros”, destacou Evandro.



PROTEÇÃO INFANTIL

Todos contra a pedofilia

Uma das pautas mais sensíveis ao mandato do deputado Evandro Araújo, que tem grande destaque nas ações da CRIA, é o combate à violência sexual infantil. Segundo dados do Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes (NUCRIA), somente em 2022, foram instaurados 1.828 inquéritos referentes a crimes praticados contra o público infanto-juvenil em todo o Paraná.

Esses dados são muito piores se considerarmos os casos que não são notificados. Já conforme a SaferNet, os crimes cibernéticos são ainda mais graves no Brasil, sendo que apenas em 2022, mais de 110 mil denúncias de crimes na internet envolvendo fotos e vídeos de violência sexual contra crianças foram registrados.

“A pedofilia é uma realidade triste que temos que enfrentar, seja na família ou na sociedade. A CRIA vem atuando forte, com ações, eventos, para que isso não seja varrido para debaixo do tapete”, afirmou Evandro.



Evandro e Gilson de Souza no “Simpósio Todos Contra a Pedofilia”



Projeto combate à violência contra crianças em competições esportivas infantojuvenis

Cada vez mais comuns em competições esportivas infantojuvenis (competições de base), os casos de agressões contra crianças e adolescentes devem ser punidos no Paraná. Isso é o que prevê um projeto de Lei apresentado pelo deputado Evandro Araújo e começou a tramitar em outubro de 2025 na ALEP.

Segundo o deputado, a ideia é combater os casos onde crianças e adolescentes, na condição de atletas, são vítimas de xingamentos, ofensas, ameaças físicas ou verbais, que fogem da natureza de uma competição esportiva infantojuvenil.

“Infelizmente, já vi casos acontecerem com filhos de amigos, de familiares, inclusive com meu filho. Você leva seu filho para uma competição de futebol, por exemplo, e de repente tem um outro pai ofendendo seu filho, brigando com outros pais. Isso também acontece com técnicos que agredem menores e até mesmo pelos próprios pais que cobram um desempenho dos seus filhos que foge da realidade”, explica Evandro.



O projeto cria uma Política Estadual de Prevenção e Combate à Violência em Competições Esportivas Infantojuvenis e cobra dos organizadores a criação de um Código de Conduta que deve ser seguidos por torcedores, pais e familiares, em competições infantojuvenis.

Entre as medidas com destaque estão a possibilidade de interrupção das partidas ou competições pelos árbitros ou responsáveis, assim como acontece em casos de injúria racial. Outra ação prevista como forma de prevenção é a afixação de cartazes que avisem os torcedores de possíveis sanções caso ocorram episódios de violência verbal, física e moral contra as crianças.

O projeto se fundamenta em dispositivos da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990),

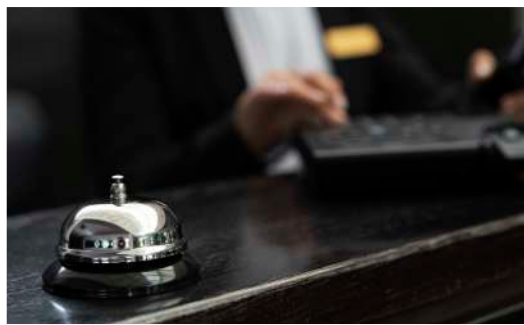
HOSPEDAGEM



Hospedagem familiar sem restrições abusivas

O deputado Evandro Araújo apresentou um projeto de lei que proíbe hotéis, pousadas e demais meios de hospedagem no Paraná de limitarem o número de crianças e adolescentes que podem ficar no mesmo quarto que seus pais, desde que o espaço tenha condições adequadas de segurança e conforto.

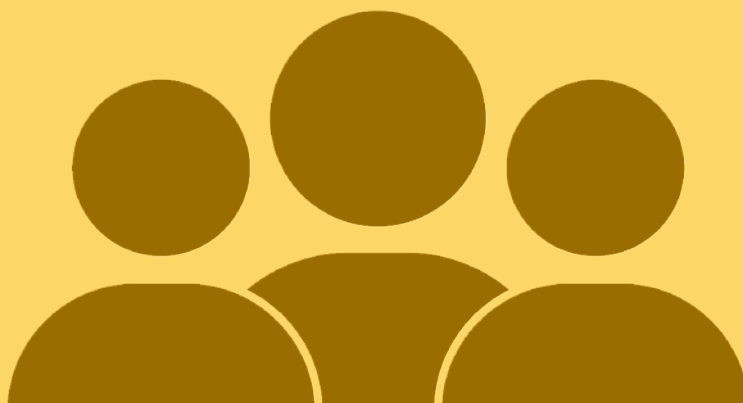
A proposta altera a Consolidação das Leis de Defesa do Consumidor do Paraná (Lei nº 22.130/2024) e busca coibir práticas abusivas que obrigam famílias, especialmente as numerosas ou monoparentais, a contratarem quartos adicionais, gerando custos indevidos e comprometendo a convivência familiar.



De acordo com o texto, restrições só poderão ocorrer por motivos técnicos ou de segurança, e não por políticas internas arbitrárias dos estabelecimentos.

“O direito à convivência familiar e à proteção integral da criança e do adolescente deve prevalecer sobre regras comerciais desproporcionais. Queremos assegurar que o turismo e o consumo respeitem a dignidade das famílias”, afirmou o deputado Evandro Araújo.

A medida tem respaldo na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, reforçando o compromisso do Paraná com políticas públicas baseadas na proteção integral e na valorização da família.



DIGNIDADE HUMANA

“Toda a doutrina social se desenvolve, efetivamente, a partir do princípio que afirma a intangível dignidade da pessoa humana”

Enc. “Mater et Magistra”, João XXIII

A defesa da Família e da Vida é inegociável para o alcance pleno da Dignidade da Pessoa Humana. Na ALEP, o deputado Evandro Araújo tem atuado com vigilância na garantia destes direitos, desde a concepção até a morte natural, contra o avanço de pautas que relativizam a vida. Além disso, tem trabalhado para que todos tenham uma base familiar sólida, com convívio familiar garantido, haja vista que a família é a primeira sociedade humana



Uma voz forte em defesa da vida na Assembleia Legislativa

Em seus três mandatos na ALEP, o deputado estadual Evandro Araújo tem sido uma voz importante e forte na defesa do direito à vida, tanto no Paraná quanto no Brasil. Ele é um dos integrantes da atual Frente Parlamentar Pró-Vida, assim como foi em outros mandatos.

A Frente teve um papel relevante contra o avanço da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 442), que pretendia liberar o aborto no Brasil até a 12ª semana de gestação, no Supremo Tribunal Federal (STF).

Evandro, em conjunto com os demais deputados da Frente, encaminhou documentos e ofícios contra a ADPF, que teve seu julgamento suspenso em outubro de 2023. Essa não foi a primeira vez que o deputado precisou lutar contra uma ação no STF que relativizava o valor da vida. Em maio de 2017 ele esteve em Brasília para protestar contra uma ação semelhante.

“A tentativa de descriminalizar o aborto tem sido uma constante no âmbito do Judiciário, mesmo com a sociedade sendo majoritariamente contra isso. Ultimamente usam o STF como um atalho, já que nos parlamentos, eleitos pelo povo, isso jamais passaria. Precisamos continuar vigilantes e atuando forte em defesa do direito mais importante de todos: o direito de viver”, defende Evandro.

A tentativa de descriminalizar o aborto tem sido uma constante no âmbito do Judiciário, mesmo com a sociedade sendo majoritariamente contra isso.

Deputado Evandro Araújo



Evandro com Dom Peruzzo e Padre Rosinei, durante evento contra a ADPF 442, na ALEP

Frente Parlamentar Pró-Vida foi instalada na ALEP e tem sido um dos principais meios de combate aos avanços de pautas contra a vida.



Evandro esteve em Brasília, acompanhado do Padre Rafael Solano, em audiência com a então ministra Rosa Weber, para se posicionar contra outra ação que previa a descriminalização do aborto. No ano seguinte, essa ação foi arquivada.





ADOÇÃO DE NASCITURO

Lei garante informações sobre adoção de nascituro às gestantes



Assessoria de Evandro está em contato com unidades de saúde para o cumprimento da Lei. Na foto, cartaz colado em UBS em Maringá

Desde abril de 2019, Lei de autoria de Evandro obriga unidades de saúde públicas e privadas do Paraná a informar gestantes sobre a possibilidade de adoção legal dos nascituros.

Pela Lei, os estabelecimentos devem afixar placas ou cartazes informativos, de fácil visualização, com as orientações e os seguintes dizeres: “A entrega de filho para adoção, mesmo durante a gravidez, não é crime. Caso você queira fazê-la, ou conheça alguém nesta situação, procure a Vara da Infância e da Juventude. Além de legal, o procedimento é sigiloso”.

“Muitas pessoas acham que adoção só pode ser feita após o nascimento. Nossa Lei está ajudando a mostrar outras opções em prol da vida. Mostrar que gestantes podem escolher um caminho menos triste que o aborto ou o abandono de incapaz. Por isso informar às gestantes, nas maternidades e postos, sobre esse processo, salva vidas”, explica Evandro.

Utilidade Pública: Gostaria de ter acesso aos cartazes da Lei de adoção do nascituro?

Para obter o cartaz da Lei, entre em contato pelo (44) 3232-2348

Interessados em saber mais sobre a adoção de nascituros devem procurar a Vara da Infância e da Juventude do seu município.



APADRINHAMENTO AFETIVO

Lei instituiu o apadrinhamento afetivo no Paraná

A Lei 20.951/22 instituiu no Paraná o apadrinhamento afetivo, garantindo vivência familiar a crianças e adolescentes acolhidos em abrigos e instituições. O marco legal permite que padrinhos e madrinhas do coração convivam com eles em fins de semana e datas comemorativas, com segurança jurídica e requisitos como verificação de antecedentes e curso preparatório.

Além de visitas, é possível acompanhar a vida escolar e a saúde dos afiliados. Em alguns casos, a relação pode levar à adoção, especialmente de adolescentes acima de 12 anos, faixa etária menos procurada por adotantes.

O deputado Evandro Araújo também atua para estimular a adoção e o acolhimento familiar, com a terceira semana de outubro dedicada à conscientização sobre o tema desde 2018.





Recuperar detentos por meio do trabalho gera economia e garante dignidade

O deputado Evandro é um grande apoiador dos trabalhos do Departamento de Polícia Penal do Paraná (Deppen) focados na recuperação e reinserção social de detentos pelo trabalho e pela educação.

Na região de Maringá, por exemplo, a experiência da Colônia Penal Industrial de Maringá (CPIM), que hoje é uma Unidade de Progressão, conta com o apoio de Evandro. Ela atende cerca de 350 pessoas privadas de

liberdade, que tem bom comportamento ou estão em fase final de cumprimento de pena, com 23 trabalhos conveniados.

Segundo dados do Deppen, o retorno à criminalidade de um preso que passa por uma experiência como essa é de apenas 5%. No modelo sem o trabalho chega a 70%. O detento que trabalha também custa menos aos cofres públicos (um preso custa cerca de R\$ 3 mil, já o que trabalha custa R\$ 141.)

“O preso que trabalha e estuda traz enorme ganho para toda a sociedade. O detento e suas famílias ganham com um indivíduo que volta mais qualificado, as empresas ganham com um profissional que podem contratar com mão de obra acessível e o sistema penitenciário atinge seu objetivo maior que é recuperar um cidadão da criminalidade. Desta forma, recuperamos muitas vidas”, defende Evandro.

SOMOS TODOS MIGRANTES



Ações apoiam migrantes, refugiados e apátridas

Com o constante crescimento de conflitos humanitários e climáticos no mundo, a defesa dos direitos de migrantes, refugiados e apátridas tem ganhado importância no Paraná.

O mandato do deputado Evandro Araújo atua no tema com ações que vão desde projetos de lei para equiparar direitos até audiências públicas para discutir avanços.

“As guerras e crises climáticas forçam o deslocamento de pessoas, seja numa migração interna ou externa. Não podemos fechar os olhos para isso, trata-se de uma questão humanitária”, explica Evandro.





SUBSIDIARIEDADE & JUSTIÇA SOCIAL

"A subsidiariedade é sempre aliada à noção de bem comum, e ela se manifesta na prática quando as comunidades menores são capazes de fazer o que as maiores não podem ou não devem fazer. Portanto, não é uma mera delegação do poder, mas uma autêntica participação. A justiça social pode ser realizada somente quando forem criadas as condições que permitam aos indivíduos gozar de uma vida boa em todas as dimensões - material, cultural e espiritual."

CDSI, João Paulo II

Muitos dos problemas sociais, econômicos e políticos podem ser resolvidos por instâncias primárias (família, comunidade local, entidades do terceiro setor, etc.), não precisam da interferência total das instituições governamentais. Promover a subsidiariedade com justiça social é uma das prioridades da atuação do deputado Evandro Araújo.



Mandato atua contra ação que enfraquece escolas especializadas (APAEs e coirmãs)

O deputado Evandro Araújo é um dos parlamentares mais atuantes contra a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7796, que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) e ameaça enfraquecer o trabalho das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) e entidades coirmãs.

A ação foi proposta pela Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down e, caso seja julgada procedente, cassará os efeitos de duas leis estaduais que garantem o financiamento das escolas especializadas: a Lei 17.656/2013, que criou o programa Todos Iguais pela Educação, e a Lei 18.419/2015, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná.

A medida pode comprometer um atendimento de excelência realizado por mais de 400 instituições e que alcança cerca de 40 mil pessoas com deficiência no Paraná. Atualmente, as famílias podem optar pela matrícula de seus filhos na rede regular de ensino ou em escolas especializadas. Se acatada, a ADI obrigará que todas as crianças sejam matriculadas apenas em escolas comuns - que, como muitas famílias já relatam, não oferecem a mesma estrutura e preparo das APAEs e instituições parceiras.

“Acredito que a verdadeira educação inclusiva vem da diversidade de opções, para que as famílias possam decidir o que é melhor para seus filhos, de acordo com cada necessidade. Hoje, quem

deseja matricular os filhos em escola comum pode fazê-lo. Nós defendemos os dois caminhos e, por isso, somos contra essa ADI”, afirma Evandro.

Em conjunto com outros parlamentares, o deputado tem liderado diversas ações contra a ADI, como encaminhamentos em Assembleias Itinerantes e audiências públicas, apresentação de moções em defesa das escolas especializadas e participação em atos públicos para alertar a sociedade sobre o risco de retrocesso à educação especial no Paraná.

Parceria constante com as APAEs



Outras iniciativas de Evandro já beneficiaram diretamente as APAEs e, consequentemente, a sociedade. Como relator das peças orçamentárias do Estado, ele viabilizou a possibilidade de os deputados destinarem emendas parlamentares às entidades, garantindo mais recursos para seu pleno funcionamento.

Reconhecido como “Amigo das APAEs”, Evandro mantém diálogo permanente com as instituições e teve grande protagonismo na luta contra o decreto 12.686/2025, que enfraquecia APAEs e coirmãs.

Saiba mais sobre esse tema: bit.ly/emdefesadasapaes



Projeto autoriza municípios a fazerem pequenas obras de emergência em trechos estaduais



Acabar com uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos municípios paranaenses ao reparar danos em estradas e acessos, em situações de emergência, é o objetivo do projeto de Lei 138/2023, apresentado pelo deputado Evandro Araújo na ALEP. A proposta autoriza os municípios, de forma subsidiária à atuação do Governo do Estado, a executarem pequenas obras de conservação e manutenção em trechos de rodovias estaduais.

Serviços como tapa-buracos, limpeza de dispositivos de drenagem, reparos em meio-fio e bueiros, roçadas de vegetação e substituição de placas e sinalização são exemplos de situações que os municípios podem resolver com mais agilidade que os órgãos estaduais.

“A ideia é que os municípios consigam atuar em emergências que trazem transtornos para sua população e economia, muitas vezes em obras pequenas. O DER mantém um volume muito grande de trechos rodoviários, e pequenos reparos acabam demorando a ser feitos no tempo e condições adequadas. Infelizmente, já tivemos casos que custaram caro aos municípios”, justifica o deputado.

“A competência e responsabilidade continuam sendo estaduais. O que o projeto oferece é a possibilidade de os municípios também agirem, caso tenham interesse. Essa opção pode salvar vidas, já que muitas foram perdidas por falta de pequenos reparos ou obras simples”, completa.

O projeto já foi aprovado em todas as comissões da ALEP e aguarda votação definitiva em plenário.



NOTA PARANÁ

Doação automática garante mais recursos para entidades sociais

Lei proposta pelo deputado Evandro Araújo criou a “Doação Automática” no Programa Nota Paraná, facilitando repasses a entidades que atuam em assistência social, saúde, cultura, esportes e proteção animal.

Com essa modalidade, o CPF do consumidor é vinculado ao CNPJ de uma instituição cadastrada, e os créditos passam a ser transferidos diretamente. Segundo levantamento, 57% das entidades inscritas no programa já receberam doações dessa forma.

O consumidor pode, a qualquer momento, trocar a instituição beneficiada ou cancelar a opção. A doação manual, por meio das notas depositadas em urnas de comércios, continua disponível.

“Essas entidades prestam serviços relevantes à sociedade, muitas vezes em áreas que são responsabilidade do Poder Público. Queremos tornar as doações mais ágeis e reduzir o custo que hoje as entidades têm com o cadastro manual das notas”, destacou o deputado.



Quer saber como funciona a Doação Automática?

Acesse o link pelo QR Code



Evandro com a coordenadora do Programa Nota Paraná, Marta Gambini. Eles atuaram em conjunto pela Doação Automática



Orçamento transparente, com participação social e justo

A Comissão de Orçamento da ALEP é responsável por fiscalizar, acompanhar e aprovar os projetos de lei do Plano Plurianual (PPA), da Lei Orçamentária Anual (LOA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Atualmente, o deputado Evandro Araújo é relator dessas três peças orçamentárias e, antes disso, também presidiu a comissão, uma das mais importantes do Legislativo Estadual.

Além de analisar a LDO, LOA e PPA enviados pelo Governo do Estado, que formam a base das leis orçamentárias, a comissão também conduz o processo de emendas parlamentares ao orçamento e possíveis alterações nessas leis. Nos últimos anos, sob o mandato de Evandro e de outros deputados, o processo de elaboração das peças vem passando por modernização.

Entre as principais inovações estão: a realização de audiências públicas em todas as regiões do Paraná, em conjunto com o Poder Executivo, para ouvir as demandas da população sobre

orçamento e políticas públicas; a informatização de todo o processo de elaboração orçamentária; e a ampliação dos investimentos destinados a entidades sociais e à área da Saúde.

Na construção da LOA para 2025, por exemplo, foi registrado um recorde de participação popular, com o envio virtual de mais de 8 mil sugestões da sociedade paranaense por meio do Programa Orçamento da Gente, mais uma inovação da Comissão de Orçamento.

“Estamos avançando em participação social, construindo o orçamento de forma regionalizada e transparente. Nosso foco é garantir um orçamento público justo, equilibrado e próximo da realidade dos paranaenses. Ainda há muito a fazer, mas seguimos avançando a cada dia”, afirma Evandro.

REFORMA TRIBUTÁRIA



Frente trabalhou para minimizar os impactos da reforma aos municípios paranaenses

A Frente Parlamentar da Reforma Tributária, criada na ALEP pelo deputado Evandro Araújo, realizou audiências públicas no Paraná para ouvir diversos setores da sociedade e enviou ao Congresso Nacional a preocupação dos paranaenses. Dentre as quais, a possível perda de receitas dos municípios com a aprovação da PEC da Reforma Tributária.

A mudança nos critérios de distribuição da cota-parte dos municípios; o impacto ambiental com o fim do ICMS ecológico; os reflexos sobre a prestação de serviços públicos à sociedade e o mecanismo de distribuição da arrecadação dos Estados foram alguns dos pontos de preocupação entregues aos senadores e deputados federais.



Em Brasília, Evandro entregou o documento final da Frente durante as votações da reforma



Mandato a serviço da Educação, em todos os níveis

A defesa da Educação sempre foi prioridade na atuação parlamentar de Evandro Araújo, das séries iniciais ao ensino superior. Desde 2015, quando se posicionou ao lado dos educadores nos episódios do “Dia 29 de Abril”, o deputado tem sido um interlocutor constante na luta por melhores condições de trabalho para professores e servidores.

Entre as conquistas lideradas por Evandro, destacam-se a preservação de direitos dos funcionários de escola (QFEB), como o adicional noturno, e avanços na reestruturação de suas carreiras. Também tem defendido a valorização dos PSS, dos aposentados e a garantia da data-base para todos os servidores.

Evandro dedica atenção especial também às universidades estaduais, aos hospitais universitários (HU's) e hospitais filantrópicos, essenciais para o desenvolvimento regional e atendimento às comunidades. Seu trabalho inclui apoio a recursos, melhorias de infraestrutura, defesa da autonomia administrativa e financeira e valorização das carreiras acadêmicas.

“Sempre atuamos com carinho pelos educadores. Conhecemos a necessidade e a importância da educação pública. Tivemos um trabalho forte, em especial, com os funcionários de escola, que estão entre os que mais precisam, e com as sete universidades estaduais, que são polos formadores e atendem milhares de paranaenses.”



Evandro busca o diálogo franco com servidores e Governo para conquistar avanços reais

Em defesa das universidades estaduais, dos HUs e hospitais filantrópicos



Evandro recebe a reitora da UEL, Profª Marta Favaro, e o ex-reitor Sérgio Carvalho. Diálogo permanente!



Evandro com o reitor da UEM, Leandro Vanalli, e a superintendente do HUM, Cremilde Radovanovic

Fundamentais para o desenvolvimento regional do estado, e principalmente no atendimento das necessidades das comunidades locais, às sete universidades estaduais do Paraná contam com o trabalho e o apoio do deputado estadual Evandro Araújo.

Além do constante diálogo com os representantes das universidades e dos hospitais universitários (HU's), Evandro já atuou decisivamente para garantir recursos, autonomia administrativa e financeira, melhorias em infraestrutura e nas carreiras dos servidores.



Em maio de 2019, Evandro recebeu a homenagem de “Amigo do HU-UEL” dos servidores da instituição



BEM COMUM

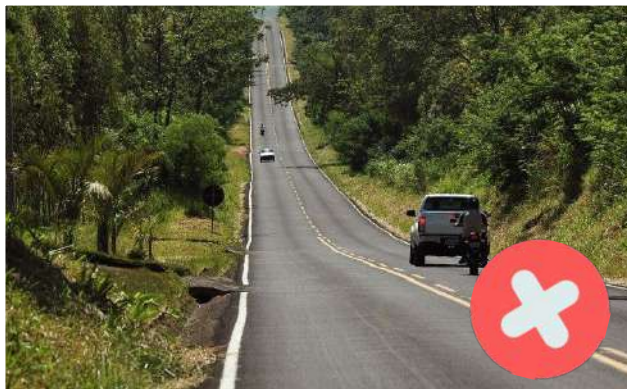
“A realização do bem comum de todos requer uma ordem social que permita o pleno exercício da liberdade e da responsabilidade pessoal e que, ao mesmo tempo, promova adequadamente o bem da comunidade.”

Centesimus Annus, João Paulo II

Legislar sobre o direito dos consumidores, permitindo práticas comerciais mais equânimes e justas, é um dos princípios do Bem Comum. Não à toa, é um dos destaques da atuação do deputado Evandro Araújo na ALEP, com leis que asseguram a proteção dos consumidores em diversas áreas.



Lei torna obrigatória a construção de acostamentos em novas rodovias estaduais



Uma iniciativa do deputado Evandro Araújo, sancionada em julho de 2025, tornou obrigatória a inclusão de acostamentos em todas as novas construções de rodovias estaduais no Paraná. A Lei tem como objetivo principal garantir mais segurança nas estradas, evitando acidentes e preservando vidas.

A obrigatoriedade se aplica tanto às obras realizadas diretamente pelo Governo do Estado quanto às delegadas a empresas privadas, como as concessionárias de pedágio. A única exceção prevista na Lei criada é para trechos urbanos, desde que haja justificativa técnica aprovada pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER-PR).

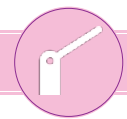
Segundo dados do Sistema Rodoviário Estadual, do DER-PR, hoje a malha sob responsabilidade do Estado é de 11.628 quilômetros. Destes, cerca de 1,1 mil quilômetros estão sob concessão à iniciativa privada.

Dados fornecidos pelo DER reforçam a importância da medida. Atualmente, 32,67% da malha estadual não possui nenhum tipo de acostamento, e outros 17,26% contam com áreas com menos de 90 centímetros de largura — espaço insuficiente até mesmo para um carro pequeno. Apenas 50,08% das rodovias contam com acostamentos acima de 90 centímetros, o que ainda está abaixo do recomendado pelo Manual de Projeto Geométrico do DNIT, que estabelece 2 metros como padrão ideal.

“Acostamento não é luxo, é infraestrutura mínima de segurança. Quantas vidas perdemos por falta de acostamentos nas estradas do Paraná? Com a instalação de acostamentos adequados estamos garantindo mais segurança para motoristas, ciclistas e até pedestres”, defende ele.

A ideia foi proposta por Evandro e contou com a coautoria dos deputados Gugu Bueno, Luiz Claudio Romanelli e Professor Lemos.

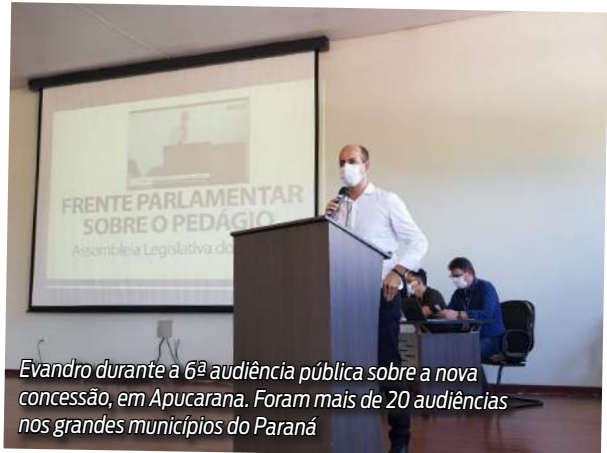




Mandato lutou contra a prorrogação dos antigos pedágios e por um modelo justo na nova concessão



Evandro em audiência contra a prorrogação dos antigos pedágios, em Maringá. Foram mais de 10 encontros em todo o Paraná



Evandro durante a 6ª audiência pública sobre a nova concessão, em Apucarana. Foram mais de 20 audiências nos grandes municípios do Paraná

A atuação do deputado estadual Evandro Araújo é marcada pelo combate aos abusos das concessões de rodovias no Paraná. Um dos grandes destaques do seu primeiro mandato foi sua luta contra a prorrogação dos antigos contratos de pedágio.

Na época, um grupo de lideranças políticas defendia a renovação dos contratos das concessionárias por mais 25 anos, sem permitir a escolha de um novo modelo mais justo, mesmo com a sociedade amplamente contrária ao modelo então em vigor.

Foi nesse contexto que Evandro, em 2016, liderou, em conjunto com um grupo de parlamentares, a criação da Frente Parlamentar Contra a Prorrogação dos Contratos de Pedágio, que realizou mais de 20 audiências públicas em todo o estado e organizou diferentes setores contra a proposta. Esse movimento político ajudou a arquivar de vez a ideia e garantiu que uma nova licitação fosse feita para a escolha de um modelo e de contratos melhores.

“A Frente teve um papel relevante para levar ao conhecimento da sociedade essa tentativa. Com o setor produtivo, lideranças da comunidade, Igrejas, ajudamos a pressionar o então governador a não avançar com essa ideia. Os paranaenses não aceitavam a continuidade dos contratos daquela concessão, que terminou

em 2021 e que produziu a pior experiência em concessões do país”, disse Evandro.

Nova concessão

Após derrotar a prorrogação dos contratos antigos, que eram lesivos aos paranaenses, o foco passou a ser as novas concessões de rodovias. Em 2019, foi criada a Frente Parlamentar Sobre o Pedágio, na qual o vice-presidente foi o deputado Evandro, para fiscalizar a execução das obras, acompanhar o encerramento dos antigos contratos e discutir um modelo que atendesse ao interesse público.

Embora a responsabilidade pela nova concessão das rodovias fosse do Governo Federal, a Frente acabou liderando, na ALEP, o movimento pela busca de um novo modelo de pedágios que pudesse ser justo, pela menor tarifa e com a garantia das obras nos primeiros anos de contrato.

A Frente realizou mais de 20 audiências públicas em todas as regiões do Estado, para ouvir os paranaenses sobre a nova concessão. Todo esse trabalho foi levado ao Tribunal de Contas da União, em Brasília, e demais órgãos envolvidos na concessão, para garantir melhorias nos novos pedágios.

Solução para moradores lindeiros na nova concessão

Apesar de avanços conquistados na nova concessão, com mais obras e um contrato melhor, ainda existem muitos pontos que carecem de melhorias. Um dos pontos mais críticos na nova concessão tem sido o impacto das praças de pedágio sobre os moradores lindeiros, aqueles que residem próximos às praças e precisam passar por elas para ter acesso a atividades básicas como trabalho, saúde, educação, lazer e outros compromissos cotidianos.

Evandro, em conjunto com os deputados Luiz Claudio Romanelli

e Tercílio Turini, enviou pedido à ANTT solicitando um estudo para isenção da cobrança de pedágios para esses moradores.

“Imagina você morar perto de uma praça de pedágio e precisar ir a um posto de saúde, no mesmo município, e ter que pagar pedágio para ir e voltar. Isso tem acontecido em diversos municípios do Paraná, uma injustiça inaceitável. Já enviamos pedidos, realizamos audiências e vamos continuar em cima até conquistarmos uma solução definitiva para essa situação”, explica Evandro.



Ofertas abusivas de empréstimos por telefone são proibidas no Paraná

A principal reclamação dos consumidores ao procurarem os Procons, nos últimos anos, tem sido a oferta abusiva e enganosa de empréstimos por telefone a aposentados e pensionistas. No Paraná, uma Lei criada em 2020, pelo deputado Evandro Araújo, atacou diretamente esse problema e vem sendo referência sobre este tema.

A Lei 20.276/20 proibiu a oferta abusiva de empréstimos consignados, para aposentados e pensionistas, apenas pelo telefone, por meio do chamado telemarketing ativo (quando as instituições ligam para os consumidores). Pela Lei, os consumidores, em sua maioria idosos, devem ter acesso (via e-mail ou de forma física) aos termos do contrato antes da sua celebração.

Na ocasião da criação da Lei, Evandro explicou a necessidade desta nova regra. “Nosso foco é acabar com o uso excessivo de ligações feitas pelas financeiras, que geralmente levam os idosos a contratarem esses serviços sem a devida informação. Infelizmente, muitas financeiras adotam uma verdadeira ‘tática de guerrilha’, antes mesmo dos benefícios serem liberados, para fechar um empréstimo, com linguagem confusa, lesando principalmente os idosos”.

Segundo o deputado, a Lei criou uma trava ao empréstimo



indevido e deu mais segurança jurídica aos empréstimos legais. “Nossa Lei combate a oferta indevida, mas o empréstimo continua. Muitas financeiras já se adaptaram a essa nova realidade. Por exemplo, quando o consumidor tem interesse genuíno em um empréstimo, ele mesmo pode entrar em contato com a financeira. Ele não precisa ser bombardeado por ligações abusivas. Muitas instituições já disponibilizam seus números para isso, o chamado telemarketing receptivo”.

Lei está em vigor. É seu direito

Saiba mais sobre essa Lei:

Aponte a câmera
no QR Code para
acessar o link



TELEFONIA

Lei proíbe cobrança de planos telefônicos em casos de furto ou roubo de celular

As vítimas de furto ou roubo de celulares, um dos crimes mais comuns no Brasil, tem o direito de cancelar ou suspender os serviços de telefonia sem o pagamento de multas. Isso é o que prevê a Lei 20.687/21, de autoria de Evandro Araújo, valendo no Paraná.

Pela Lei, os consumidores que comprovarem o furto ou roubo dos dispositivos, mediante apresentação de boletim de ocorrência (BO) da Polícia, não devem encontrar dificuldades das empresas de telefonia para o cancelamento.

“Quando o consumidor tem um plano pós-pago, essa dificuldade era e é maior, pois há a tal da fidelidade contratada. Acabava que o cliente era lesado duplamente, primeiro pelo assalto e depois ainda pelo pagamento de multa mesmo sem usar o serviço. Nossa Lei combate essa dupla penalização indevida”, explica Evandro.





Lei garantiu transparência nos preços dos combustíveis



Como era antes da Lei



Como está depois da Lei

Uma das primeiras leis criadas pelo deputado Evandro Araújo, em 2016, que está em vigor no Paraná desde então, acabou com o terceiro dígito de centavo na divulgação de preços e no cálculo da cobrança da gasolina, etanol e GNV, pelos postos de combustíveis.

O terceiro dígito era uma estratégia bastante comum dos estabelecimentos para confundir os consumidores, levando-os a acreditar que pagavam menos do que realmente pagavam. Por exemplo, um litro de gasolina que custava R\$ 5,99 era divulgado R\$ 5,998.

Graças à Lei de Evandro, o Paraná se tornou o segundo estado do país a proibir o uso do terceiro dígito.

Essa medida foi ampliada, em 2022, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para todo o Brasil.

“Fomos pioneiros neste tema. No início houve resistência dos postos, naturalmente, pois o Paraná e o Espírito Santo eram os únicos estados do país a adotarem tal medida. Com o tempo, os postos foram adotando a lei e hoje é difícil você encontrar um posto de combustível no Paraná que ainda use três casas decimais. Agora, com a decisão da ANP, o Brasil adotará um sistema que já estamos usando há mais de seis anos”, explicou o deputado.

PLANO DE SAÚDE



Planos de saúde devem justificar a negativa de exames ou procedimentos aos consumidores

Os titulares de planos de saúde no Paraná tem o direito de receber, por escrito e de forma clara, a justificativa das operadoras diante da negativa na cobertura de determinados exames, cirurgias e internamentos. É o que está previsto na Lei 20.014/2019, do deputado Evandro Araújo.

Além de melhorar o entendimento dos consumidores sobre a negativa na realização de determinados procedimentos, a justificativa escrita pode auxiliar os beneficiários dos planos ao buscarem seus direitos na justiça ou mesmo na busca por outros planos que atendam melhor suas necessidades.

Entre outras garantias a lei também proíbe o emprego de expressões vagas, abreviações ou códigos de doenças e exames que dificultem a interpretação.



TEM MAIS:

- **MEIA ENTRADA:** Criada em 2018, a Lei 19.433 garantiu a estudantes regularmente matriculados, em todos os níveis de ensino, o direito a pagar metade do valor efetivamente cobrado para ingresso em parques ambientais e naturais. Anteriormente o benefício valia somente para casas de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares;
- **FORMAS DE PAGAMENTO:** Com a Lei 18.946, de 2016, foi determinado que todos os comércios devem avisar os clientes, nas entradas dos estabelecimentos, sobre todas as formas de pagamento aceitas;
- **PROCON:** Já a Lei 19.514, de 2018, obriga que sites de vendas virtuais (e-commerces em geral) divulguem um link que remeta ao site oficial do Procon-PR em casos de reclamações.



MEIO AMBIENTE

"É imperativo um olhar sobre a realidade que reconheça a interconexão entre as preocupações ambientais, as questões sociais, econômicas e éticas, e que também considere a justiça para com as gerações futuras."

Enc. "Laudato Si", Francisco

O compromisso com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável tem sido uma marca da atuação do deputado Evandro Araújo em todo o Paraná. Na ALEP, Evandro é responsável por liderar discussões e ações para promover a cadeia da reciclagem e é autor de Leis importantes visando a proteção dos recursos naturais do estado.



Mais estímulos à reciclagem e à valorização dos catadores no Paraná

Com foco em melhorar os índices de reciclagem, o deputado Evandro Araújo tem liderado um movimento para impulsionar ações e discussões acerca do tema no estado. Com audiências públicas, diálogo com o Governo do Estado, e principalmente, parcerias com as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, Evandro tem conquistado avanços importantes.

Em 2021, após ser o relator do Plano Estadual dos Resíduos Sólidos (PERS/PR), principal política pública estadual sobre resíduos, Evandro decidiu atuar pela regulamentação do plano e colocar no centro, como protagonista dessa política, os catadores. Na ocasião, apresentou 13 emendas ao plano com esse objetivo.

Já no começo de 2023, o deputado deu o pontapé inicial aos encontros regionais para debater estímulos à cadeia da reciclagem em todo o Paraná. As audiências públicas reuniram gestores municipais (responsáveis pela coleta seletiva), especialistas e pesquisadores, representantes de cooperativas e associações de catadores, do Ministério Público Estadual e representantes da Sedest.

As audiências geraram encaminhamentos e pedidos, de todos os setores envolvidos na cadeia da reciclagem, visando o aumento nos números no Paraná. Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), os paranaenses produzem, por ano, cerca de 3,5 milhões de toneladas de lixo e apenas 4,99% disso são reciclados, na ponta.

Regulamentação do PERS

O plano aprovado pela ALEP prevê 31 estratégias, 10 diretrizes e ações que devem ser cumpridas pelos municípios, Governo do Estado, grandes geradores de resíduos da iniciativa privada e sociedade em geral. Considerado o principal documento para a gestão de resíduos sólidos no estado, contempla resíduos sólidos urbanos, incluindo os domiciliares, resíduos da saúde, da construção civil, de serviços de transporte, da mineração, do saneamento básico, os industriais, entre outros.

A regulamentação do PERS é uma das prioridades da atuação de Evandro, sobretudo por ser o relator na ALEP e pelos pedidos da população colhidos nas audiências públicas. Em maio de 2023, Evandro e uma comitiva de lideranças estiveram com o secretário do Desenvolvimento Sustentável (Sedest), Valdemar Jorge, para entregar os pedidos da sociedade e cobrar a regulamentação do plano, a fim de que seus efeitos sejam concretos.





Conquista para os catadores

Alguns dos pedidos feitos nas audiências públicas, e que foram levados ao conhecimento dos órgãos ambientais competentes, já saíram do papel. Entre eles, a conquista do diferimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de resíduos sólidos comercializados por cooperativas de materiais recicláveis para empresas do Simples Nacional.

O impacto positivo na renda das cooperativas e associações é de 12% (no mínimo) com essa conquista, que vai estimular a reciclagem no Paraná. Essa era uma das principais queixas das

entidades e dos catadores, uma vez que o Paraná era um dos poucos estados a não conceder esse incentivo.

Essa demanda surgiu durante uma grande audiência pública na região de Maringá (maio de 2023), sendo sugerida pelo Instituto Lixo e Cidadania (ILIX). Após o encontro, Evandro e demais lideranças se reuniram com o secretário da Fazenda, Renê Garcia Junior (foto ao lado).

Em menos de quatro meses, o pedido foi atendido com a edição do decreto nº 3294/2023, assinado pelo governador Carlos Massa Ratinho Junior.



Reunião com secretário Renê Garcia Jr., em maio de 2023

Em uma grande cooperativa, que tem receita de R\$ 100 mil por ano, são cerca de R\$ 12 mil a mais com essa medida.

Deputado Evandro Araújo



Deputado Evandro é homenageado pelos catadores de recicláveis do Brasil

Pelo trabalho em prol da reciclagem e dos catadores, Evandro recebeu homenagem de entidades como o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), em parceria com o Instituto Lixo e Cidadania (ILIX) e a Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (ANCAT), em evento nacional, realizado em outubro de 2023.

Na cerimônia de homenagem, a representante do MNCR no Paraná, Roselaine Neginha, destacou a atuação de Araújo. "Você foi de extrema importância para os catadores do Paraná. Conquistamos juntos um tratamento justo de impostos para as cooperativas e associações. Muito obrigado por nos ajudar! Hoje, isso é um exemplo para vários outros estados", disse ela.



Lei pioneira proibiu o polêmico método “fracking” no Paraná

O Paraná foi o primeiro estado do Brasil a ficar livre dos riscos do uso do polêmico método da fratura hidráulica (fracking). Isso foi possível graças a uma Lei Estadual criada pelo deputado Evandro Araújo, em 2019, que hoje é referência para outros estados e países da América do Sul.

A luta contra o uso deste método começou em 2013, quando a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realizou um leilão de exploração de gás de xisto com o “fracking” em território paranaense, atingindo 122 municípios nas regiões Oeste, Sudoeste e Noroeste. Na ocasião, houve forte mobilização da sociedade contra o “fracking”.

O temor da comunidade era que os impactos ambientais, econômicos e sociais, que o “fracking” deixou em diversos lugares onde foi usado no mundo, afetassem a produção agrícola e a qualidade ambiental do Paraná, já que o método seria utilizado na região com as terras mais férteis do estado e perpassaria dois aquíferos importantes: Guarani e Serra Geral.

A Lei criada por Evandro trouxe segurança ambiental e jurídica para os paranaenses, algo que outros estados e países continuam lutando para alcançar.

“Este método é utilizado para extrair o gás de xisto em camadas ultraprofundas. Para isso usam um coquetel com mais de 600 produtos químicos, alguns comprovadamente cancerígenos, além de uma abundância de água, para realizar a explosão da rocha e tirar o gás. Na Europa o método já é proibido e nossa Lei do Paraná está em discussão para ser ampliada para todo o país”.



RIO IVAÍ



Pela preservação do Rio Ivaí

Em conjunto com lideranças dos municípios que margeiam o Rio Ivaí, o deputado Evandro Araújo atua diretamente pela preservação e proteção deste, que é o segundo maior rio paranaense em extensão. Evandro é autor do projeto de lei 556/2019, que planeja tornar o Rio Ivaí e seus afluentes em Área de Preservação Permanente (APP).

O projeto é considerado estratégico para a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas aquáticos do Rio, para o combate à pesca predatória e o desenvolvimento sustentável dos municípios onde perpassa.

E TEM MAIS:

- **ÁGUA:** Evandro também é autor da Lei 20.448/20, que estimula tecnologias e ações para o uso racional de água potável;
- **ARAUCÁRIAS:** Evandro foi o relator da Lei 20.223/20, que incentiva o plantio de novas araucárias, nossa árvore símbolo, mediante o uso econômico dos seus subprodutos (como pinhão, etc);
- **ANIMAIS:** Projeto 160/22 cria o selo “Amigo dos Animais”, que é concedido às empresas, associações e fundações paranaenses, que desenvolvem ações permanentes em prol do bem-estar dos animais;
- **EFEITO ESTUFA:** Projeto 483/20 prevê que postos de combustíveis do Paraná informem aos consumidores sobre emissão de gases de efeito estufa (GEE) dos seus produtos.



Aponte sua câmera
e siga nosso trabalho



Deputado Evandro Araújo



@deputadoevandroaraujo



Evandro Araújo
Deputado Estadual

Informativo do Mandato do Deputado Estadual Evandro Araújo
Gabinete na ALEP: Nossa Senhora de Salette, s/n, Curitiba-PR, 1º andar, gabinete 102 Fone: 41 3350-4282 | Escritório Político (Maringá): Travessa Liberdade, nº 91 - Zona 08 Fone: 44 3232-2348 | E-mail: deputado.evandroaraujo@gmail.com | Jornalista Responsável: Adriano Rima (MTB/8952) | Fotografias: Assessoria do Mandato e Fotografia da ALEP | Projeto Gráfico e Diagramação: Renan Amoedo e Emily Piechontcoski | Impressão: Gráfica Massoni | Tiragem: 5.000 exemplares

